

Apresentação do 2.º volume da RES PUBLICA

1. O 1.º volume da revista *Res-Publica* (cujo subtítulo é *Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais*) teve como tema predominante, mas não único, a problemática da União Europeia.

2. O 2.º volume traz um subtítulo mais afim do próprio título: *Lusofonia, Mitologias, Realidades e Potencialidades*.

São os dois números deste volume de excelente qualidade gráfica, editado pelas «Edições Universitárias Lusófonas», que tenho a incumbência de apresentar.

Faço-o com o maior prazer. Ao Magnífico Reitor Fernando dos Santos Neves nada se recusa.

O Magnífico Reitor é hoje sem dúvida o mais persistente e destacado defensor da Lusofonia. Se a CPLP foi a sua incipiente institucionalização; se Adriano Moreira foi o seu «precursor»; e se José Aparecido de Oliveira foi o seu «fundador», o Dr. Fernando dos Santos Neves é o seu «apóstolo».

A designação da Universidade de que é Magnífico Reitor, e a Revista de que neste momento solta o 2.º volume são dois momentos do seu apostolado. Entrementes, fica a acção pedagógica exercida em livros, revistas e conferências. Um conjunto assinalável de posições e atitudes que ele próprio qualifica como um «acto de fé».

Só a fé, com efeito, sustentaria tão fortes convicções e tão consistente entusiasmo.

Ao Editorial com que abre a porta à excelente colaboração que se segue, chama mesmo «A Hora da Lusofonia». E já me amarrou ao tratamento desta surpreendente cronologia em intervenção de fundo lá para os idos de Abril (que teve a amabilidade de qualificar de «oração de sapiência») demais sabendo que orar assim está vedado a quem não é sábio!

Estejamos certos: esta importante revista – dita Lusófona, de Ciência Política e de Relações Internacionais – vai constituir um trunfo essencial do seu futuro apostolado.

Que títulos tenho eu para merecer tão desvanecedores convites? Procuo e pouco encontro. Puxando pela memória, só talvez o facto de, atento à inviabilidade da teimosia colonial do Dr. Salazar, que persistentemente combati em Moçambique, eu ter sido um dos primeiros portugueses a defender, para o Ultramar Português, uma solução comunitária de base federativa que incluiria o Brasil, se viesse a revelar-se interessado nisso.

Não o fiz convicto de que se tratasse de uma solução definitiva. A hora era a da total emancipação dos povos ditos «não autónomos», forma amável de lhes não chamar «colonizados». Mas porque uma solução comunitária de base federativa permitiria desinflamar o problema colonial. Quando chegasse a hora de cortar o cordão umbilical, cortar-se-ia sem dor, e com provável preservação de laços de afectividade, solidariedade e cooperação bem mais consistentes do que os que hoje unem os países lusófonos no quadro da CPLP.

Defendi essa solução antes do início da resistência armada dos já então emancipalistas pela via da negociação e da paz. Antes, pois, do apoio militar e da formação ideológica que lhes deram os países da área soviética. Ter-se-iam assim evitado a guerra e as desastrosas consequências dela.

Mas Salazar não quis. Mandou apreender o manifesto eleitoral em que formulei e defendi essa solução, e deu instruções para que as candidaturas da Oposição Moçambicana fossem, como sempre viriam a ser, anuladas por decisão administrativa. O

manifesto eleitoral foi, naturalmente, apreendido e destruído. Salvaram-se raríssimos exemplares.

Curiosamente, uma das «provocações» que à política ultramarina oficial o ministro do Ultramar Adriano Moreira fez, foi a de, aproveitando uma sugestão do governador geral de Moçambique, almirante Sarmento Rodrigues, ter pedido a várias entidades do regime que formulassem sugestões para uma política alternativa para o Ultramar.

Apenas três tiveram a ousadia de pôr em causa o bem fundado da política consagrada. E sabem os senhores quem foi um deles? O próprio futuro presidente do Conselho, Marcelo Caetano.

Tive acesso ao pronunciamento de Marcelo Caetano. Pois bem: apesar de, quando primeiro-ministro, ter dado sequência, sem novidade digna de registo, à teimosia colonial de Salazar, nesse então de 1961 defendeu, aparentemente sem dúvidas, uma solução comunitária e federativa. Era mesmo – disse – a «única que valia pena».

Adriano Moreira levou os pareceres – os imobilistas e os revolucionários – a sessão do Conselho Ultramarino, e o conservadorismo oficial foi confirmado.

Foi pena! Tinham-se evitado a tempo mais de dez anos de guerra fratricida; tinha-se evitado o isolamento e a condenação do nosso país no concerto internacional; tinha-se evitado a experiência pró-soviética dos novos líderes africanos; tinha-se evitado o drama do regresso dos colonos portugueses; tinha-se evitado a perda de vidas, bens, prestígios e posições.

Que mais posso invocar em meu abono? A publicação de um livro a que chamei *Paixão Lusófona*, onde tentei caracterizar política e juridicamente a CPLP, e identificar as suas fragilidades e lacunas, nomeadamente a marginalização a que foram votados os parlamentos dos países lusófonos. Quer na sua constituição, quer no seu funcionamento.

Esta lacuna ainda tentei eu colmatar, quando presidente da Assembleia da República, criando um Fórum dos Presidentes de todos os Parlamentos dos

Países Lusófonos, o qual reuniu com razoável regularidade em diversas capitais desses países, a começar, naturalmente, por Lisboa. O propósito foi o de criar o germe de um verdadeiro Parlamento Lusófono. O presidente Mota Amaral deu sequência a esse projecto embrionário e empenhou-se nele tanto ou mais do que eu próprio. Igual referência merece desde já o actual presidente, Dr. Jaime Gama.

3. Mas não hei-de esquecer-me de que, o que neste momento me cabe, é apresentar o II volume da revista *Res-Pública*. Não entrarei em excessivos pormenores, pela razão elementar de que me empenho em que a leiam. Trago-vos pois o testemunho do prazer com que a li – não me limitei a folheá-la – e do muito que aprendi com a sua leitura.

Num país em que se publica um razoável número de revistas, esta promete fazer carreira pela excepcional qualidade dos textos que nela se reúnem, e pela particular autoridade dos respectivos autores. A própria matriz universitária lhe assegura qualidade e atracção pedagógica.

Com uma excepção, infelizmente: eu. Também tenho nela um texto da minha lavra. Mas cada um vai à cultura com a cultura que tem. E o meu textinho, não acrescenta a minha pouca glória. Mas espero que possa suprir em apego à lusofonia o que lhe falta em erudição.

Realçarei algumas das contribuições, sem menosprezo das que expressamente não refiro.

Destaco, desde logo, o Editorial do Magnífico Reitor. E destaco-o, tão-só para transcrever este sugestivo passo: «A Hora da Lusofonia é a hora de fazer a pertinente análise sociocultural, económico-política, e geoestratégica do Mundo Contemporâneo, e nele descobrir, lúcida, activa e organizadamente, o lugar insubstituível da Lusofonia, para bem de todos os espaços lusófonos, e para bem de todo o espaço Humano».

Eis dado o mote. Segue-se o desfile de sabedorias e saberes, dispersos pelos mais diversos e atractivos temas.

Desde logo «As Viagens e os Viajantes para os Portos da Lusofonia», na lição de Fernando Cristóvão. Vale a pena embarcar nessa viagem «longa de séculos». Fi-la com gosto e com proveito. Duas citações fabulosas de Vergílio Ferreira: «a alma do meu país teve o tamanho do mundo»; e «da minha língua vê-se o mar».

De certo modo, ainda tem, e ainda vê.

Outras passagens dignas de realce:

«A população portuguesa, no séc. xv, não ultrapassava 1010000 habitantes». Como foi possível?

«O português (segundo Mia Couto) vai-se deslocando do espartilho da oficialidade para zonas mais íntimas... Em Moçambique, como aliás em Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau, existe uma relação descomplexada com a língua portuguesa».

Ainda bem, digo eu. É que as línguas, para não morrerem, precisam de renovar-se, precisam mesmo de corromper-se. Alguns mestres «corruptores»: Jorge Amado, Guimarães Rosa, Mia Couto, Pepetela, entre os mais talentosamente perversores-criadores.

- A Dr.^a Fátima Monteiro prende-nos a atenção com um interessante texto sobre «A Génese do Estado-Nação em Angola». Da história remota à história recente. E realça um facto cheio de verdade: a ocupação portuguesa dos territórios coloniais nunca foi uma ocupação livremente consentida. Antes da guerra das décadas de 60 e 70, outras houve. E no intervalo das guerras, a história regista outras formas de resistência: cívica e cultural.

- O Dr. Ricardo Gama versa «As Disfunções do Sistema Eleitoral Bissau-Guineense». E denuncia o entorse no princípio da proporcionalidade decorrente da irracionalidade do mapa eleitoral. É um defeito de que, em diversa medida, também padece o sistema eleitoral português.

- O Dr. José Pinto, discreta sobre «O Projecto Inacabado da Lusofonia». Ele terá, em seu entender, nascido como um simples «fórum». Falta-lhe a dimensão económica. Escasseiam-lhe os recursos financeiros. Ainda nenhum país foi admitido como

«observador». Carece de assessorias. O que, porém, mais lhe falta é o «desassossego da consciência lusófona». Só assim, conclui, poderá assegurar-se «a sobrevivência de uma cultura lusófona num mundo global». Em seu entender, «a CPLP... constitui um projecto de futuro face à globalização».

- O Dr. Paulo Branco ocupa-se do «Protestantismo na Lusofonia e a Sua Influência Política», salientando que «a Reforma não singrou em Portugal». Hoje apenas 2,5 a 3% da população portuguesa contra 16% da população brasileira, 25% da de Angola e quatro milhões de cidadãos moçambicanos.

- O Dr. Guilherme de Oliveira Martins discreta com o costumado brilho sobre a «Língua, Pátria de Várias Línguas». Relembra a chaga dos 25% de analfabetos aquando da Revolução de Abril. Hoje, serão apenas 9%. Tento convencer-me de que nem todos os outros morreram, se bem que nunca adregamos êxito assinalável no ensino para adultos.

Considera a língua «uma realidade viva», que sem actualização «definha e empobrece». Exalta também Guimarães Rosa, Pepetela e Mia Couto como escritores que a revigoram. Defende «políticas (interestaduais) concertadas».

- A Dr.^a Eugénia Loureiro, um pouco à margem da lusofonia como tema dominante, escreve um interessante texto sobre o «O Casamento Tradicional Moçambicano: Contrato Social ou Habituação Biológica?». Explica o papel do «lobolo» no casamento por compra. Bem o conheci. E me apercebi do seu papel de garantia da fidelidade da esposa ao marido. Em caso de infidelidade, havia lugar à restituição do «lobolo». Nunca vi nisso uma manifestação de primitivismo. O nosso «dote», afinal, não é assim tão antigo nem tão diverso.

- O Dr. Rui Oliveira e Costa esclarece-nos sobre a existência de uma «CPLP Sindical». Isto é, de uma «Comunidade Sindical de Países de Língua Portuguesa», constituída por iniciativa da UGT. Devo reconhecer que, para mim, a informação constitui novidade – Até morrer se aprende.

Existe, pois, uma «CPLP – Comunidade de Sindicatos dos Países de Língua Portuguesa». Por abreviatura, «CPLP – Sindical». Prazer em conhecer. Até porque se trata de uma «Organização Unitária» sem nada de paralelo nas «Confederações Sindicais francófonas, anglófonas ou castelhanas».

- O Eng.^o Joel Hasse Ferreira trata de «Economia, Lusofonia e Geopolítica». E fá-lo com a familiaridade com estas matérias a que nos habituou enquanto deputado à Assembleia da República. Agora pediu asilo no Parlamento Europeu. As promoções merecem-se.

- O embaixador João de Deus Ramos foca com profundidade «Macao, Myths and Misunderstandings». E sobrepõe a sua convicção e o seu saber a alguns «mitos da ligação entre Portugal e a China».

Ao ler o seu texto, não resisti à tentação de sobrepor eu próprio os mitos que a história consagrou às realidades mais insofismáveis. Um desses mitos é o ligado à Gruta de Camões, em Macau. Que importa que ele lá não tenha estado nos idos de Seiscentos? Macau acha que sim. E Fernando Pessoa teria achado que Camões esteve lá «nesse outrora agora».

- Eu próprio, quando chegou a minha vez, circunvaguei em torno de «Lusofonia: Mitos, Realidades e Potencialidades». E depois de repetir tautologias – a CPLP não é uma pátria (só para Fernando Pessoa o seria) nem um Estado, nem uma Nação, nem um Território – acabei por fixar-me no entendimento de que é «uma organização interestadual de base não territorial, comunitária, com finalidades predominantemente culturais, e subsidiariamente de cooperação nos mais diversos domínios, dotada de personalidade jurídica internacional, de autonomia administrativa e financeira e de órgãos próprios». Factor congregante: «o facto de todos os Estados nela associados terem por língua oficial a língua portuguesa».

Reconheçamos: se a língua portuguesa foi e é factor de unidade dos países que a falam, após a

independência, porque não há-de sê-lo em relação ao conjunto desses países nas relações entre si?

A tendência é para associações de base regional, e para federações de base interestadual. A CPLP – deduzi – «vai assim rolar nos carris da história, não ao arrepio dela».

A transcontinentalidade não é também um óbice. As novas tecnologias da comunicação e da deslocação eliminaram as distâncias e instantaneizaram o tempo dos contactos. O processo histórico facilitou e estimula fenómenos de agregação comunitária.

- O Magnífico Reitor, Fernando dos Santos Neves, redige também um texto sobre «A Lusofonia como “questão linguístico-literária”, como “questão de língua” e como “questão estratégica de geopolítica e de desenvolvimento”».

Na linha do seu sobredito apostolado, realça que a língua portuguesa «é uma das poucas línguas potencialmente universais».

Cita José Saramago quando diz: «uma língua que não se defende, morre». E Jorge Sampaio quando pretende que, «no quadro europeu, Portugal não tem futuro fora do quadro lusófono».

É tal a sua fé na lusofonia que, por contraposição, chega a subalternizar o processo da unificação europeia quando refere a «doença infantil do europeísmo (forma de provincianismo!) ou “concepção novo-riquista, pacóvia, discipular e shengueniana da integração europeia de Portugal».

É bem certo que a fé dos apóstolos não admite partilha!

- O Dr. Benjamin Pinto Bull discorre sobre «Leopold Sédar Senghor, a Negritude e a Lusofonia».

Tive a honra de conhecer Senghor e de com ele privar um pouco a propósito do processo de descolonização. Recebeu-me, inclusive, e ao Dr. Mário Soares, no seu apartamento de Paris.

Falou-nos também com orgulho na sua «goutte de sang portugais», e na origem portuguesa do seu nome, que seria uma corruptela de «senhor».

O Dr. Pinto Bull revela agora que ele precisou: «reencontrei meu sangue e descobri meu nome o ano passado em Coimbra, em plena selva de livros». Bendita biblioteca da minha universidade! Revela ainda que Senghor criou o ensino do Português em dois liceus de Dacar e na universidade da capital senegalesa. Hoje – acrescenta – mais de 8000 senegaleses aprendem Português, leccionados por mais de sessenta professores.

Outra citação importante de Senghor: a de que «a língua portuguesa herdou dos árabes 700 vocábulos». Fui encontrar muitos deles na Indonésia, quando pela primeira vez a visitei, e descobri, tal como Senghor, a origem do meu nome: Almeida, em árabe, significa «mesa». Podia ser pior!...

Isto não é tudo. A revista a que soltamos o voo, tem mais motivos de interesse. Acolhe a transcrição de Discursos, Artigos e Ensaios, nomeadamente dois de grande interesse sobre a Constituição da Europa. Um da Dr.^a Etienne Balibar, outro do professor catedrático, e meu particular amigo, Paulo Ferreira da Cunha, este sobre a «Constituição Europeia. Balanço Teórico e Perspectivas Práticas». Duas doudas e esclarecedoras recaídas no tema dominante do 1.º volume da Revista.

Lêem-se estes dois textos e aprende-se com eles. Aprende-se, sobretudo, que «a questão de fundo é sobretudo política, e jamais se entenderá... se permanecermos apegados a grelhas interpretativas e de acção meramente legais, ou – pior ainda – legalistas» (Ferreira da Cunha *dixit*). Acrescenta, nesta linha de raciocínio, que «a doutrina constitucionalista portuguesa tem vindo... a progressivamente destacar-se, nas suas definições de Constituição e Direito Constitucional, do paradigma estadualista». Só mais um passo, se bem que a tentação seja grande: «A U.E. é uma comunidade política e, por isso... tem uma constituição. Já a tem há muito».

Não posso estar mais de acordo. Tem-a nas normas materialmente constitucionais dos tratados por que União se rege. Falta a codificação? Até ver sim.

Mas esta falta não anula a constituição material, e o que ela significa.

Grande é de facto a tentação de referir expressamente todos os demais artigos e ensaios, versando outros temas que não o dominante. Mas devo respeitar o «Leito de Procusta» da vossa paciência, sem abusar dela.

4. Falta só um fecho. E para dizer que é para mim uma honra ficar ligado ao lançamento de uma revista que não é apenas mais uma, antes promete constituir um novo curso semestral da Universidade Lusófona. Vai seguramente constituir ponto de encontro de muitos saberes e muitas sabedorias.

Fico matriculado nele.